

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Expostos e Farrapos: Um estudo sobre a vida das crianças
abandonadas na Santa Casa de Misericórdia durante o cerco
farroupilha a Porto Alegre (1838-1843)**

Porto Alegre
2012

Pedro Henrique Ermida Cruz

Expostos e Farrapos:

Um estudo sobre a vida das crianças abandonadas na Santa Casa de Misericórdia durante o cerco farroupilha a Porto Alegre (1838-1843)

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em História, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre
2012

Pedro Henrique Ermida Cruz

**Expostos e Farrapos:
Um estudo sobre a vida das crianças abandonadas na Santa Casa de
Misericórdia durante o cerco farroupilha a Porto Alegre (1838-1843)**

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção de título de Licenciado em
História, pelo Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas, da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Aprovada em ___ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fábio Kühn
Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Cesar Augusto Guazzelli
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas foram imprescindíveis no percurso que culmina neste trabalho. Meus pais, Maria Cristina da Silva Ermida e Carlos Eugênio Ortiz Cruz, exemplos inspiradores, que muito batalharam não só para o meu sustento, mas principalmente para a minha formação. Sem esse suporte familiar dificilmente teria condições para percorrer este caminho que foi trilhado. Ao meu irmão, Filipe Ermida Cruz, que amo, acima de qualquer de nossos desentendimentos. Agradeço ao exemplo que sempre me deram e todo o suporte para que pudesse trilhar o caminho universitário, desde o ingresso até a conclusão do curso de História. Sempre com carinho, afeto e principalmente com compreensão nos momentos que, mesmo presente, me ausentei em função dos estudos. A eles, dedico este trabalho.

Agradeço ao professor Fábio Kühn pela acolhida e pela orientação dos caminhos a serem seguidos para melhor desenvolver as respostas aos questionamentos propostos no projeto, que prontamente acolheu. Exponho também a minha gratidão aos professores do Departamento de Ensino de História da FACED, parceiros sempre dispostos que, através do PIBID, me proporcionaram um contato intenso e apaixonante com a educação, no qual sempre prevaleceu o incentivo e a liberdade criativa na construção dos projetos, oficinas e materiais ofertados no Colégio Estadual Irmão Pedro. Reconheço, à equipe do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, a maravilhosa experiência profissional proporcionada nos dois anos que lá estive como estagiário, e principalmente à Arqueóloga e Historiadora Fernanda BordinTocchetto que, ao fazer convite para realização de pesquisa, abriu as portas para este trabalho. Um exemplo profissional, orientadora dos meus primeiros trabalhos publicados e grande amiga.

Aos colegas, e grandes amigos, Michael Prudencio e Jacson Schwengber. Minha imensa gratidão não só pelas madrugadas de “rave” na CEU, estudando madrugadas à fio para as avaliações de final de semestre, mas também pelas conversas, cervejadas, festas e carnavais na colônia de férias da UFRGS. Agradeço à Nalin Ferreira, minha companheira, que esteve ao meu lado nestes últimos semestres, sempre com afeto, carinho, disposição e um bocado de paciência com os distanciamentos decorridos na construção deste trabalho.

Agradeço, por fim, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo ensino público, gratuito, democrático e de qualidade e às suas políticas de assistência ao estudante, das quais fui beneficiário por um período e que garantiram meu foco nos estudos e que permitiram vivências maravilhosas e imprescindíveis para a minha formação profissional, pessoal e humana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO	10
CAPÍTULO 1 O ABANDONO, A RODA E A ASSISTÊNCIA: O CONTEXTO SOCIAL DO ABANDONO INFANTIL EM PORTO ALEGRE.....	13
1.1 A assistência institucional ao menor enjeitado	13
1.2 A motivação do abandono	18
1.3 A roda dos expostos de Porto Alegre.....	22
CAPÍTULO 2 PORTO ALEGRE SITIADA: A CASA DA RODA E A EXPOSIÇÃO À GUERRA.....	27
2.1 A guerra e a cidade.....	27
2.2 A localização da roda	31
2.3 O impacto da guerra sobre os expostos	35
CONCLUSÃO: O Purgatório Social.....	39
BIBLIOGRAFIA	41

INTRODUÇÃO

O surgimento das Rodas dos Expostos no Brasil oitocentista terá importante papel nas relações sociais dos locais onde foram instaladas. Neste estudo, o recorte temporal contemplará a criação da Roda de Porto Alegre e os seus cinco primeiros anos de atividades. A Roda será a chave para o desenvolvimento de questões que auxiliem a compreender a prática do “bom” abandono na cidade, o contexto social em que ocorrem e as interpretações preconceituosas que este ato suscitava na sociedade do segundo quartel do século XIX. Este trabalho busca esclarecer questões a respeito destes atores, excluídos sociais desde seus primórdios, e oportunizar, por meio de questionamentos pertinentes às fontes disponíveis, a possibilidade de repensarmos o abandono infantil na primeira metade do século XIX. Buscar-se-á as motivações do enjeitamento e tentar-se-á vislumbrar as dificuldades e as possibilidades destes sujeitos na sociedade porto-alegrense do período sem que se incorra em preconceitos ou em moralidades anacrônicas.

O presente trabalho terá como objetivo responder as seguintes questões: Qual o motivo de uma mãe ou um pai negar-se a criar um filho? Quem são estes expostos? Quais as suas origens? Como foram acolhidos? Qual o papel social da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre nesta acolhida? Como será esta criação? Quais as suas perspectivas de futuro? Quais as alternativas ao longo da sua trajetória institucional?

A criação da casa da roda e sua instalação em Porto Alegre, sob a administração da Santa Casa, em 1838, ocorreu em meio à Guerra dos Farrapos e, concomitantemente, aos últimos dias do segundo cerco à cidade. Dito isso, novos questionamentos se impõem: Qual o impacto da guerra sobre a cidade, sobre a Santa Casa e, principalmente, sobre os Expostos? Que tipos de privações foram impostas?

Existem diversos trabalhos relacionados à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e a sua atuação na acolhida e destinação das crianças enjeitadas à sua Roda. No entanto, poucas produções se atêm a discutir mais profundamente o período de sua implementação e, principalmente, a sua ação durante os cercos à cidade durante a Guerra dos Farrapos. Parte da importância desse projeto se

assenta em ampliar o conhecimento sobre este período de dificuldades vividas pela cidade em detrimento do conflito deflagrado e, principalmente, sobre seus jovens *Expostos* em seu árduo caminho de reinserção social.

Os questionamentos que prontamente surgem na análise destas fontes, partirão de um espaço físico definido e desprotegido: as Casas da Caridade da Santa Casa, localizadas na face externa das linhas de defesa da cidade e, especialmente localizadas em meio ao campo onde se desenvolveu o segundo, e mais violento, cerco à Capital da Província. Contudo, ainda que estes questionamentos partam de um ponto físico específico, as respostas não estarão restritas a ele, expandir-se-ão pelos caminhos traçados por seus atores, registrando, nas linhas que seguem, as vivências, as origens e as perspectivas de futuro destes que são os “mais desvalidos, entre os desvalidos”, as crianças recém-nascidas, abandonadas na Roda dos Expostos, no transcurso do difícil período de 1838 a 1843 em Porto Alegre.

A pretensão que norteia este trabalho de conclusão de curso é a de deixar uma contribuição para novas pesquisas e, quem sabe, tornar-se ponto de partida para uma análise de maior fôlego a respeito da história de Porto Alegre, com recortes temporais mais amplos e locais de análise diversificados. Ou seja, sem qualquer presunção de esgotar o tema proposto.

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Foi analisada nesta monografia uma série de documentos relacionados à administração geral da Santa Casa, o regimento da casa dos expostos e os registros de ingresso dos enjeitados na instituição, com a finalidade de conhecer melhor os sujeitos desta pesquisa. Foram utilizados, com fins ilustrativos, os testemunhos presentes em crônicas do período e em relatos de viajantes que transitaram pela cidade de Porto Alegre, sitiada durante o período da Guerra dos Farrapos.

A análise das fontes primárias foi realizada tendo em conta, primeiramente, a natureza da própria documentação e a finalidade para a qual foi produzida, evitando, dessa forma, possíveis erros interpretativos e mesmo exageros com relação às informações nela contidas. Essa crítica interna se fará também com relação ao contexto em que foi produzida, seus autores e possíveis leitores, além do seu vocabulário, a fim de se evitar qualquer tipo de anacronismo ou erro analítico.

Com relação ao estudo das crônicas e relatos de viagem, cabe ressaltar que o objetivo do cronista é fazer um relato do seu tempo para leitores de seu tempo, e não uma análise histórica cientificamente embasada. Utilizarei como referencial para a interpretação destes documentos a concepção do historiador Charles Monteiro:

“As crônicas não são um simples elo da ‘memória coletiva’, mas uma seleção, com cortes, silêncios e ênfases sobre certos sujeitos, lugares e tempos da experiência coletiva que produzem uma imagem do passado, uma explicação sobre a passagem do tempo, as transformações sociais, culturais, econômicas e da paisagem urbana. Uma memória social que denuncia o lugar social, cultural e temporal de quem fala (escreve) e para quem se fala (escreve)”¹.

Sendo assim, para evitar o risco de adentrar em preconceitos e determinismos, erros temporais presentes em relatos extraídos livremente da memória ou anacronismos, todos estes narradores, sejam eles cronistas ou viajantes, tiveram suas origens e narrativas contextualizadas. Os relatos de viajantes que pretendo utilizar na pesquisa estão reunidos em dois volumes

¹ MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: História e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2006. (p. 141)

organizados por Valter Noal Filho e por Sérgio da Costa Franco, chamados *Os viajantes olham Porto Alegre*, que abrangem narrativas do período entre 1754 até 1941.

Para auxiliar a compreensão do papel institucional da Santa Casa de Misericórdia e a prática assistencial de acolhimento das crianças enjeitadas, utilizei como referência a obra *História Social da Criança Abandonada*, de Maria Luiza Marcílio. A autora desenvolve uma análise bastante abrangente dos papéis desempenhados pelo Estado e pelas Santas Casas de Misericórdia com relação à acolhida dos expostos, suas políticas e interpretações pontuais dos contextos em que estão inseridas. Marcílio também se propõe a discutir as origens das crianças enjeitadas e as motivações para o abandono, abordando também as circunstâncias morais destas motivações para a sociedade. A importância de sua obra para este trabalho é reiterada pelas fontes que a autora utiliza para embasar sua obra, documentos administrativos pertencentes às diversas Santas Casas, muitos dos quais pertencentes à instituição sediada em Porto Alegre. Nesta obra, também é questionado o papel da Caridade como elemento reconstituído da “sociabilidade” desses excluídos, a formação (ou deformação) de suas identidades e a reinserção do indivíduo na sociedade, seja através da adoção por alguma família ou mesmo da adoção “estatal”, mas, principalmente, sem esquecer os abusos sofridos por estes sujeitos em suas vivências dentro e fora da Santa Casa.

A obra intitulada *Famílias Abandonadas*, de Renato Pinto Venâncio, ex-orientando de Maria Luiza Marcílio, que trata da assistência à criança de camadas populares em Salvador e no Rio de Janeiro, foi igualmente importante tendo em vista o esforço em esmiuçar os “ritmos do abandono” ao desenvolver uma análise quantitativa e qualitativa bastante precisa com relação ao número de crianças abandonadas, ao sexo, à cor, à idade, às formas de admissão, às instalações da acolhida e às suas famílias criadeiras. Ainda que discuta um contexto diferente, este pode fornecer diversos elementos interpretativos para as informações extraídas das fontes deste trabalho. Este autor também foi lido com um olhar direcionado à compreensão dos destinos dados aos infantes após a sua acolhida pela Misericórdia. Para tanto, enveredamos pelo estudo do seu artigo *Os*

*aprendizes de guerra*². Aqui é aprofundado o estudo do papel dos enjeitados nas forças armadas imperiais, bem como sua trajetória de aprendizado, violência e abusos.

Por fim, para compreender melhor as situações que envolviam o abandono de crianças durante a primeira metade do século XIX, cabe antes delimitar a interpretação do conceito de infância para, em seguida, delinear a visão predominante sobre a infância desvalida neste período.

Miriam Moreira Leite afirma que a criança, por definição, era uma derivação das que eram criadas pelos que lhe deram origem. Eram o que se chamava “crias” da casa, de responsabilidade da família consanguínea ou da vizinhança.

Tendo em mente que a infância não é uma fase biológica da vida, mas uma construção cultural e histórica, temos que perceber esta fase conforme as aptidões para a realização de tarefas. Entre 0 a 3 anos de idade, a criança é dependente de maiores cuidados. No entanto, após esta fase,

Em alguns textos, encontra-se a expressão “desvalidos de pé”, que designava aquelas que já andavam e portanto, podiam desempenhar pequenas tarefas. Para o código filipino, que continuou a vigorar até o final do século XIX, a maioria se verificava aos 12 anos para as meninas e aos 14 anos para os meninos, mas a igreja Católica, que normatizou toda a vida das famílias nesse período, 7 anos já é a idade da Razão. (...) Dos 8 aos 12 anos, os meninos são considerados adultos-aprendizes e vestem-se (de acordo com a sua camada social) como tais.³

Assim sendo, há um consenso social que reconhece a vulnerabilidade da criança no transcurso desta menoridade infantil, e portanto, inapta para reger sua vida necessitando de terceiros para sua manutenção e abrigo.

O advento do abandono de qualquer inocente trazia ao Estado a obrigação de solucionar os problemas sociais gerados pelo enjeitamento, que, dependendo da situação em que ocorria, poderia ser equivalente ao infanticídio. Também era trazida à Igreja Católica tal responsabilidade, já que a essa caberia zelar pela salvação das almas. A partir do momento que estes infantes eram abandonados, tornavam-se os mais desvalidos entre os desvalidos.

² VENANCIO, Renato Pinto. Os Aprendizes de Guerra. In. PRIORI, Mary Del (Org.) **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

³ LEITE, Miriam Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: USF/Cortez Editora, 1997. p.19.

CAPÍTULO 1

O ABANDONO, A RODA E A ASSISTÊNCIA: O CONTEXTO SOCIAL DO ABANDONO INFANTIL EM PORTO ALEGRE

1.1 A assistência institucional ao menor enjeitado

A Roda dos Expostos⁴ foi um instrumento criado pela Igreja Católica, no final da Idade Média, com a finalidade de salvaguardar e proteger as crianças abandonadas, de forma que se evitasse, primeiramente, o infanticídio ou o abandono em qualquer local ermo (o que se equipararia, tendo em vista que aumentava a vulnerabilidade da criança frente aos animais e ao clima) através da garantia do anonimato para o expositor, para que, assim estimulado, não deixasse a criança a esmo, com risco de morrer sem que lhe fosse dado sequer o batismo. A garantia do batismo representa a iniciação na vida cristã e sem o qual não se obtinha a salvação da alma, que passaria a penar no limbo sem jamais ter a visão de Deus. Temos, portanto, um caráter salvacionista tanto do corpo quanto do espírito destes pequenos desprovidos de família.

O acolhimento de crianças abandonadas pelo poder público existe legalmente desde o século XVI, por meio das Ordenações Manuelinas, que obrigavam os Conselhos Municipais a criar os órfãos e desvalidos, utilizando-se de suas próprias rendas. Era vedado deixar morrer à míngua qualquer exposto, sem batismo e sem assistência. O aumento do número de expostos acompanhando o aumento populacional tornou prática comum a criação de impostos e de loterias com a finalidade de angariar recursos financeiros para o sustento de seus dependentes.

As primeiras “Casas de Roda” no Brasil, vinculadas a Santas Casas, surgiram no século XVIII (Salvador, em 1731; Rio de Janeiro, em 1738; Recife, em 1789) visando, através de subsídios das respectivas Câmaras Municipais, ao atendimento das crianças abandonadas, no entanto, tiveram sua ação enormemente prejudicada pelas carências materiais e financeiras derivadas da má administração ou mesmo do não repasse de recursos pelas administrações provinciais.

Imagem 1: O enjeitamento de uma criança na Roda por sua mãe.

⁴ A roda trata-se de um tonel de madeira, giratório, fixado em uma parede externa de uma propriedade da Santa Casa de Misericórdia. Este tonel possui uma abertura em sua lateral para que pudesse colocar a criança e, ao girá-lo, fazê-lo passar para o interior da Casa da Roda. Este mecanismo foi concebido de forma que garantisse o anonimato de quem realizasse o abandono na instituição.



Fonte: Capa do guia de fontes da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Casa da Roda – O abandono da criança na Santa Casa de Porto Alegre. Autor desconhecido.

A Santa Casa de Porto Alegre, que já prestava assistência às crianças abandonadas, passou a acolhê-las, de forma oficial, em 1837, através da Lei Provincial nº 9, de 21 de novembro de 1837. A partir de então, a responsabilidade pelo acolhimento e criação passaria à Misericórdia com a condição de subsídio mensal pago pela administração provincial em favor da manutenção dos serviços assistenciais. Desde cedo, foi manifesta a preocupação desta em garantir a viabilidade financeira, solicitando, então, que lhe fossem repassados também os elementos de arrecadação criados pela Assembleia Provincial, para a manutenção de seus expostos, como se constata na Ata da Mesa administrativa da santa casa de dois de fevereiro de 1838.

(...) Leu-se ofício da comarca municipal desta cidade, acompanhado de uma relação demonstrativa que especificava tão somente os expostos existentes a cargo da mesma, isto em resposta de um ofício que lhe dirigiu o Ir. Provedor; e como a dita relação não declarava o que novamente se lhe oficiasse pedindo-lhe [que se fizesse?] outra relação de todos os títulos de terrenos de aforamento, loterias e de tudo mais em benefício dos mesmos expostos. (...) ⁵.

⁵ Ata da Mesa Administrativa. Livro nº4 (1833 a 1843). Sessão da Mesa de 02 de fevereiro de 1838.

Assim, a prática da transferência das responsabilidades pelo acolhimento e criação dos enjeitados, bem como a condição de subsídio mensal pago pela administração provincial tornaram-se bastante comum a partir da chamada Lei dos Municípios de 1828, que reformulou as obrigações das Câmaras Municipais criando mecanismos para que elas, dessa forma,

(...) se livrassem de tão difícil obrigação. Pela nova lei, em todo o lugar onde houvesse Santas Casas, as Câmaras poderiam repassar a estas, oficialmente, seu dever de cuidar dos expostos. Diante das dramáticas e constantes penúrias materiais das Rodas de Expostos e da relutância das municipalidades em auxiliá-las, as Assembléias Provinciais acabaram por subsidiar as Misericórdias nessa função.

Esse sistema de filantropia pública, associada à privada, mudou o papel caritativo da assistência das Misericórdias passaram a estar a serviço e sob o controle do Estado, por imposição de decretos provinciais, perdendo assim a sua autonomia e parte de seu caráter caritativo⁶.

No caso de Porto Alegre, o embate entre a Câmara Municipal e a Santa Casa, que já se arrastava desde 1830 para que se promovesse esta mudança, só teve o seu desfecho – favorável à respectiva Câmara – após determinação da Assembleia Provincial.

Cabe, neste momento, uma reflexão sobre o termo *filantropia*, pois esse pressupõe também uma assistência científica e pedagógica que seria capaz de manter o controle e a ordem social que descaracterizaria o seu caráter caritativo, no qual os valores em questão objetivam a salvação dos ricos e a santificação dos pobres. A Santa Casa, zelando por seus princípios de assistência, provavelmente já acolhesse enjeitados desde a sua fundação, em 1822⁷, há, pelo menos, quinze anos antes de o Estado a tornar fiel depositária dos inocentes. Ao receber a impositiva responsabilidade, inserida em um contexto mais amplo, no qual o estado buscava ampliar sua presença, teve evidentemente de transformar suas práticas e políticas assistenciais. No entanto, a ruptura entre o caráter caritativo institucional, anterior à Lei de 1837, em direção a um caráter filantrópico será paulatina e lenta para a Roda dos Expostos em Porto Alegre. Isso se dá, principalmente, nos primeiros cinco anos de sua implantação, visto que ainda que se buscasse dar destino aos inocentes depositados na Roda, esta é uma intenção que vislumbra

⁶ MARCILIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006. p. 135

⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. **Santa Casa 200 anos: caridade e ciência**. Porto Alegre: Ed da ISCMPA, 2003. p. 29.

muito mais a execução de uma caridade frente a um inocente indefeso que um ideal pedagógico ou projeto social bem acabado, pragmaticamente constituído. Os adventos da guerra e de suas restrições também concorreram em prol desta lenta transição. A filantropia da misericórdia só será de fato melhor delineada na segunda metade do século XIX, quando o liberalismo, o pragmatismo científico e a medicina higienista manifestarem-se mais fortemente nas práticas do Estado, e, conseqüentemente, nas instituições que gravitam em sua órbita.

Marco Antonio de Souza apresenta um conceito bastante interessante para a compreendermos este contexto que aqui discutimos: a Economia de Caridade, que é, conforme o autor:

o conjunto de ideias e práticas assistenciais privadas e públicas que atuaram entre o último quartel do século XIX e o primeiro do deste século, possuindo como objetivo comum, resolver o problema social e operário. A principal característica da economia de caridade é uma associação informal entre Estado e as instituições públicas e privadas se aproximam e participam de um esforço comum para tentarem resolver os problemas originados da questão social e operária.⁸

A questão operária torna-se ainda mais evidente quando os infantes eram enviados, ao atingirem a *idade da razão*, no caso dos meninos, ao Arsenal a fim de aprenderem algum ofício ou mesmo seguirem a carreira militar. Essa ação gera duas situações: a que se qualifica um trabalhador para assumir um emprego e a que se reduz a possibilidade da mendicância e da vagabundagem na cidade.

A construção de embarcações exigia a presença de trabalhadores diversos, especializados ou não especializados. Daí instarem oficinas para os expostos se iniciarem em ofícios de Marceneiro, calafate, ferreiro, tanoeiro, pedreiro, tecelão e outros mais.⁹

Inseridos em uma sociedade escravista e patriarcal, os expostos adotados por uma família para criação poderiam representar um acréscimo de mão de obra gratuita realçando os contornos desta economia.

⁸ SOUZA, Marco Antônio de. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia e seu assistencialismo na formação de Belo Horizonte, 1897-1930. **Varia Historia**: Revista do Depto. de Historia da Fafich da UFMG, Belo Horizonte, n.16, set 1996, p103-129.

⁹ MARCILIO, Maria Luiza. A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil 1726-1950. In FREITAS, Marcos Cesar (Org.). **Historia Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p.74.

[...] criar um exposto poderia trazer vantagens econômicas; apenas com o ônus da criação – que, em alguns casos, recebia a ajuda pecuniária da Câmara local ou da Roda dos expostos – o “criador” ou a ama-de-leite teriam mão de obra suplementar, e gratuita, mais eficiente do que a do escravo, porque livre e ligada a laços de fidelidade, de afeição e de reconhecimento¹⁰.

A própria Santa Casa de Porto Alegre se utilizará deste sistema ao normalizar, no Regimento da Casa dos Expostos de 1842, as atribuições das amas de criação.

Elas serão tiradas da classe das Expostas adultas, preferindo-se as maiores em idade; o seu numero será regulado pelos administradores em conferência com o provedor, e serão empregadas no tratamento dos meninos expostos, auxiliando as amas de leite em todo o serviço que o trabalho da criação exige; além do alimento, vestuário e calçado vencerão uma gratificação que lhes será arbitrada pela Mesa e só quando não haja Expostas adultas capazes de serem empregadas neste serviço, se poderão admitir outras amas de criação que serão pagas, segundo com elas se convencionar, e for deliberado pelos Administradores em conferência com o Provedor¹¹.

Às amas, algumas delas também expostas e entendidas como “adultas” com mais de 8 anos de idade, cabiam os primeiros cuidados para a criação dos recém enfeitados enquanto estes não fossem dados a criar fora da Instituição por amas de leite mercenárias. Portanto, esse sujeito, ao ser reconhecido na chamada idade da razão, a partir dos 8 anos completos, atingiria também a sua maioridade e, assim, estaria desvencilhado da necessidade de um acompanhamento por terceiros.

Sendo assim, à Santa Casa de Porto Alegre coube realizar um projeto filantrópico que possuía um caráter primeiramente social ao buscar dar destino aos seus enfeitados. No entanto, essa iniciativa sempre esteve relacionada aos valores caritativos primeiros, sem uma ruptura perceptível, ao menos no recorte temporal ao qual se propõe este estudo.

¹⁰MARCILIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006. p. 137.

¹¹Regimento da Casa dos Expostos – 1842, p.14.

1.2 A motivação do abandono

Renato Pinto Venâncio apresenta muito bem algumas das dificuldades que todo pesquisador encontra quando busca informações acerca do abandono de crianças:

A principal dificuldade em estudar o abandono de crianças nos séculos passados consiste na ausência de testemunhos produzidos por quem viveu essa experiência. Raramente, pais, mães e enjeitados legaram depoimentos aos historiadores. Até hoje, não foi identificado escrito algum produzido por aqueles que, ao chegar à idade adulta, narraram as experiências vividas em famílias adotivas.

O pesquisador interessado em investigar as condições em que ocorria o enjeitamento encontra-se, dessa forma, em situação delicada. Se, por um lado, familiares e crianças não nos legaram depoimentos, por outro, são abundantes os relatos produzidos por instituições assistenciais e jurídicas.¹²

Maria Luiza Marcílio apresenta ainda outro fator relevante à extração de dados para a compreensão das informações quantitativas a respeito do enjeitamento, pois há que se reconhecer que:

A maioria dos bebês que iam sendo largados por todo lado acabavam por receber a compaixão de famílias que os encontravam. Estas criavam os expostos por espírito de caridade, mas também, em muitos casos, calculando utilizá-los, quando maiores, como mão-de-obra familiar suplementar, fiel, reconhecida e gratuita; desta forma, melhor do que a escrava¹³.

Sendo assim, a partir do momento em que eram inseridos em uma família, passavam a ser recenseados como um de seus membros, sem distinção dos filhos legítimos, e, por essa razão, as informações constantes dos registros oficiais acerca da quantidade de infantes atendidos pela Santa Casa não corresponda aos que foram efetivamente abandonados por suas famílias, visto a informalidade em que por vezes ocorria o acolhimento.

Levando em conta as possibilidades de análise das fontes existentes e, conseqüentemente, as suas imprecisões ou restrições, buscou-se como fonte, para

¹²VENANCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999, p.17.

¹³ SOUZA, Marco Antônio de. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia e seu assistencialismo na formação de Belo Horizonte, 1897-1930. **Varia Historia**, Revista do Depto. de Historia da Fafich da UFMG, Belo Horizonte, n.16, set 1996. p. 52.

encontrar as respostas aos questionamentos propostos, o livro de Matrícula Geral dos Expostos. Esta documentação é de vital importância para a compreensão do contexto de chegada destes inocentes visto que informa a data e o local da exposição, a circunstância em que essa ocorreu, se o inocente foi batizado e os destinos institucionais que lhe foram dados após o seu ingresso (encaminhamentos para se dar a criar, retornos à Casa da Roda, casamentos e encaminhamentos para os aprendizes menores no Arsenal de Guerra).

A atenta leitura do primeiro regimento da casa dos expostos da Santa Casa de Porto Alegre presta anuência com relação às informações registradas nesse livro, especialmente as atribuições que estabelece ao seu regente, conforme consta no artigo 6º obrigação de:

Lançar ao pescoço de qualquer criança, logo que seja tirada da Roda, o número correspondente (que lhe será fornecido em pequenas chapas de marfim, tartaruga ou prata, pendente de um cordão de retroz) e formar o competente assento de sua entrada em um caderno do respectivo mes, para esse fim destinado, declarando o numero que lhe competir, o seu sexo, cor e idade que mostrar ter, se entrou com saúde ou enferma, o dia, hora mes e anno, em que foi achada na Roda, o enxoval em que veio envolta, qualquer sinal que possa ter em seu corpo, para o que a examinará com atenção, e qualquer escrito, ou distintivo, que a tenha acompanhado, e por onde se possa reconhecer, se algum dia vier a ser procurada, depois do que designará a ama de leite, e a ama de criação que devem ficar encarregadas do seu tratamento, evitando quanto for possível, que uma criança mame leite de muitas amas¹⁴ (grifo nosso).

No entanto, o registro da cor merece uma reflexão especial, visto que, no período compreendido entre 1838 e 1842, o qual se propõe investigar o presente trabalho, constam apenas quatro referências à cor de pele, sendo três crianças de cor “parda” e uma “guarani” em um universo de 214 enjeitados na Roda ou entregues à instituição por terceiros.

Uma leitura possível é a de que a ausência do registro da cor ‘branca’ nos demais matriculados justamente se dê pela predominância dessa entre os expostos, sendo necessária a especificação do caso quando este fugisse à regra geral. No entanto, retomando as precauções apresentadas anteriormente, cabe reconhecer margem para alguma imprecisão nesta interpretação, tendo em vista a ocorrência de enjeitamentos e adoções extra-institucionais. Aparentemente, na

¹⁴ Regimento da Casa dos Expostos – 1842, p.12.

Porto Alegre da primeira metade do século XIX, o enjeitamento de crianças é um fenômeno de cor branca.

O livro de Matrícula Geral também registra a transcrição de bilhetes e cartas que por vezes eram deixadas junto aos pertences do bebê, o que se torna vital para auxiliar a compreensão das motivações do abandono. Ainda que só constem cartas e bilhetes junto a alguns poucos expostos, a sua presença e sua ausência tem grande importância visto que a própria existência de um bilhete escrito pressupõe que o(a) responsável pelo enjeitamento possui alguma educação letrada, fator indicativo de lotação social.

Sendo assim, Maria Luiza Marcílio afirma que “Em sua quase totalidade, as crianças que eram abandonadas provinham dessa faixa de miseráveis, de excluídos. Por conseguinte, a pobreza foi a causa primeira – e de longe a maior – do abandono de crianças em todas as épocas¹⁵”.

A incapacidade de criar o inocente ou de viabilizar a ele acesso à saúde e à educação tornaram-se fortes fatores para que se expusesse a criança na Roda, tal como expressa o bilhete deixado junto às roupas da pequena criança quando foi exposta:

Em 22 de janeiro de 1839, pelas 8 horas da noite foi recebida na Santa Casa uma menina trazendo consigo um escrito que dizia assim: ‘Esta inocente que tem 8 meses, ainda não está batizada, e pela sua pobreza e falta de recursos se vale da Santa Casa de Misericórdia para lhe servir de mãe e prestar-lhe proteção.’¹⁶

Situações que impusessem sobre o seio familiar encargos insuportáveis, como o advento de gêmeos ou ainda pelo desmembramento, o abandono, a morte do pai (o provedor) ou da mãe (principal cuidadora e alimentadora) também incorriam em comuns causas para o enjeitamento. Longe de estar diretamente associado ao fenômeno da ilegitimidade da criança, o enjeitamento pode ser visto como um ato de resistência, de dar perspectivas de algum futuro ao filho que não se pode criar. Isto se manifesta tanto no reconhecimento da incapacidade material e financeira quanto no desejo de que mantenham os nomes de batismo, a fim de

¹⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006. p. 237.

¹⁶ Matrícula Geral dos Expostos. Volume 2. Registro de 22 de janeiro de 1839.

que, no futuro, em melhores condições, possa haver condição para o resgate da criança junto à instituição.

As melindrosas circunstâncias que privam-nos criadores de teus dias de criar-te, a cobrir-te de carícias, os põe na extrema necessidade de abandonar-te até que seu tempo possa vir, em que [?] quem seus direitos e no entanto recomendam a piedosa benevolência desta santa casa e útil estabelecimento [?] cuidado que para que algum dia, possa ser reconhecido, com este favor outro esperam teus pais é que teu nome seja Rafael ou Rafaela, o padrinho o Ilustríssimo Major Constantino, atual comandante do 3º Batalhão de Caçadores de 1ª Linha, de Madrinha N Senhora da Conceição ficando ao arbítrio do Major a escolha de que o deve apresentar. Assim espero.¹⁷

A dúvida com relação ao nome dessa criança pode ser interpretada como uma premeditação, provavelmente sendo a carta escrita antes do parto e da ciência de qual seria o sexo do recém-nascido. Um preparo prévio com vistas a dar agilidade ao próprio processo do abandono. Cabe também destacar a questão dos apadrinhamentos, reflexo da sociedade patriarcal da brasileira no século XIX. Era frequentemente recomendar padrinhos com elevada posição social para que “olhassem pelos inocentes abandonados”. Sob esta perspectiva, o abandono não estava restrito apenas ao acolhimento pela Santa Casa. Era comum deixar-se o enjeitado na porta da casa de ilustres, a fim de que estes procedessem à criação, como se, desses, filho fosse, reconhecendo neles as melhores condições para que se garantisse a saúde. Em 5 de fevereiro de 1840, o Capitão Ricardo de Oliveira Ramos levou à Casa da Roda um menino recém nascido, abandonado na soleira de sua porta na noite anterior. Alegando não possuir condição, entregou a criança à Santa Casa, junto com a seguinte carta:

Ilmo Sr. Capitão Ricardo, Pai. Este inocente procura sua proteção e da Ilma Sra Marcia como filho de bem. Pai ingrato que desconhece a natureza e de uma infeliz mãe que se vê [?] com agasalho materno e que esperançada na bondade de Vossa Senhoria [?] tenha compaixão para manda-lo criar e educar como sua filha. Para bem sei que há Casa de Misericórdia onde todos acham abrigo mas como conheço que no seu poder está ainda melhor que no meu porque a confiança que em vossa senhoria faço me da esperança, que indo no seu poder, não serão capazes de lhe negar a esmola que lhe vão pedir e que lhe pede esta desgraçada mãe.¹⁸

¹⁷ Matrícula Geral dos Expostos. Volume 2. Registro de 05 de janeiro de 1840.

¹⁸ Matrícula Geral dos Expostos. Volume 2. Registro de 05 de fevereiro de 1840.

Lamentavelmente, esta criança morreu algumas semanas após o enjeitamento, destino comum da esmagadora maioria dos enjeitados. Destaca-se que, nessa carta, consta uma manifestação do conhecimento da existência da roda e de seu funcionamento, bem como a opção que foi tomada com relação ao destino que se pretendia dar no ato do abandono e as expectativas arraigadas nesta ação.

No entanto, a Roda também foi tida com fins fúnebres. A iminência da morte e a impossibilidade de que fizesse enterro por conta da falta de recursos, levou comumente ao depósito de crianças mortas ou em vias de falecimento na Roda para que a Santa Casa lhes desse a sepultura, conforme a ocorreu em dez de setembro de 1840:

[...] mandou o vizinho do estabelecimento dos expostos; Antonio Feijó participou que em seu corredor se achava uma criança recém nascida; pelo que logo se mandou buscar e observar-se que estava mui pisado e ferido pelo pescoço; [em] vista do que se fez baptizar imediatamente, recebendo o nome de Theodora; Faleceu duas horas depois.¹⁹

O perfil comum a maioria das crianças enjeitadas na roda, as quais nos atemos mais atentamente, é que essas crianças, predominantemente brancas, foram enjeitadas pelos mais diversos motivos, sendo esses fortemente relacionados à falta de condições para a criação, seja por carência financeira ou por problemas de desorganização familiar. Com relação à legitimidade das crianças abandonadas, ainda que muitos dos expostos tenham sido deixados sem qualquer tipo de referência na Roda, há, nos bilhetes, argumentos para crer que esta modalidade não tenha sido a motivação predominante no período compreendido entre 1838 e 1843.

1.3 A roda dos expostos de Porto Alegre

Ao ser repassada a responsabilidade pela acolhida dos expostos à Santa Casa de Porto Alegre, a Casa da Roda, que estava em fase de implementação, necessitava de uma estrutura material para que se procedesse a instalação e o

¹⁹ Matrícula Geral dos Expostos. Volume 2. Registro de 10 de setembro de 1840.

acolhimento das crianças abandonadas da melhor forma e que logo se fizesse a transferência dos enjeitados, antes atendidos pela Câmara Municipal.

[...] Foi a este respeito, proposto pelo senhor provedor que a medida se deveria tomar, sobre estabelecer-se a casa de roda, amas de leite e os mais [aprestes ?] para o fim de se poder receber os expostos e tratar-se de sua criação: foi unanimemente deliberado uma casa (onde alugada, ou de propriedade) com roda, amas e todos os utensílios necessários para recebimento dos mesmos e que se fizesse anúncio para chegar ao conhecimento do público, ficando desde já autorizado o referido provedor, para promover quanto antes os arranjos que julgasse necessários para a abertura de semelhante estabelecimento, até que de uma vez se possa formar o mesmo em uma das propriedades da Sta. Casa citas na várzea fora do portão onde ali oferece todas as proporções análogas a semelhante fim [...].²⁰

Neste contexto de pressa pela implantação da casa, urgia também a necessidade da formulação de uma regulamentação que normalizasse o seu funcionamento. A Casa da Roda operou seguindo uma série de determinações estipuladas em uma reunião da irmandade da Santa Casa, na mesa administrativa da instituição. Em treze de maio de 1838, a Mesa da Santa Casa deliberou, em detrimento do aumento do número de acolhimentos, um esboço dos cargos, atribuições e remunerações que vigorariam até que se consolidasse o primeiro regimento em 1842.

(...) Deliberou a mesa, que o Irmão provedor nomeasse a regente, e que desta se desse a quantia de 500 mil réis de ordenado anual, sustentando-se a mesma a sua custa: e que quanto mais pessoas que deviam ser empregadas na casa e seus arranjos; decidiu a mesa que se esperasse que a comissão apresentasse os estatutos. Propôs o Irmão Provedor se devia dar a criar fora os expostos, e quanto se devia dar por cada mês a quem criar. Resolveu a mesa que os podia dar à famílias capazes e de reconhecida caridade pagando-se pela criação de cada mês a quantia de 12.800 réis; dando-se igualmente o vestuário que constaria de seis fraldinhas, quatro cueiros de [baeta?], duas mantilhas, duas toalhas e seis camisas e que no caso de adoecerem seriam socorridos pela casa e tratados pólo facultativo da mesma casa e que no caso de falecerem a casa lhes dará mortalha; e resolveu mais a mesa, que a quantia de 12.800 réis por mês somente seria dada até que os facultativos da casa [respondessem?] a criação dos expostos declarando não terem mais necessidade de serem alimentados e que desde essa época em diante, até o tempo em que os expostos completarem a idade de 7 anos se daria somente a quantia de 6.400 réis por mês recebendo outra igual quantia em cada um ano para visitário, com a obrigação de que quando os expostos tivessem 5 anos de idade dá-se as pessoas que criam parte ao mordomo dos expostos para

²⁰ Ata da Mesa Administrativa. Livro nº4 (1833 a 1843). Sessão da Mesa de 02 de fevereiro de 1838.

este cuidar e fazer diligência para serem admitidos nas escolas nacionais conforme o sexo de cada um (...) ²¹

Foi então criado o cargo de Regente, a quem cabia a administração interna da casa, zelando pelos cuidados diretos aos expostos e as atividades dos demais funcionários. No regimento da Casa dos Expostos de 1842, recomendava-se, na escolha da postulante ao cargo, que esta fosse uma “mulher honesta, prudente e de avançada idade, que soubesse ler e escrever”, a fim de que estivesse apta a preencher os registros de matrícula dos novos enjeitados.

Nessa ata, aparece, claramente, a reprodução, por parte da Santa Casa, de iniciativas comuns às práticas de atendimento realizadas pela Câmara, quando essa ainda estava encarregada pelos enjeitados. Assim, o sistema de criadeiras foi a melhor solução encontrada, segundo Moacyr Flores. A “criadeira, verdadeira profissional, cuidava em sua casa de um exposto contratando a ama de leite, que poderia ser uma escrava alugada, conforme os numerosos anúncios de jornais da época ²²”. Este sistema permitia que pessoas, à custa de um vencimento mensal pago pela instituição, criassem os infantes durante o período em que esses ainda fossem considerados dependentes dos cuidados de terceiros, entre os 7 e 8 anos de idade, sendo responsável por reconduzi-los à Casa da Roda após este período.

Ao Irmão Mordomo caberia a administração geral da Casa, como foi de fato oficializado no Regimento de 1842, garantindo o batismo, o asseio e a saúde dos expostos, atendendo a toda demanda por recursos, realizando os procedimentos referentes à concessão de enjeitados para a criação por criadeiras e também providenciando a adoção das crianças enjeitadas por quem se dispusesse a fazê-lo. Cabia a ele fiscalizar as amas de criação a fim de que se evitassem golpes em que essas, fingindo cumprir com os compromissos assumidos, mantivessem ganhos à custa da Santa Casa ou mesmo para que se evitassem maus tratos aos pequenos.

A Casa da Roda dispunha permanentemente de amas de criação, comumente selecionadas entre as meninas expostas mais velhas, para auxiliar as amas de leite, pagas para amamentarem os recém enjeitados, nos primeiros cuidados desses.

²¹ Ata da Mesa Administrativa. Livro nº4 (1833 a 1843). Sessão da Mesa de 13 de maio de 1838.

²² FLORES, Moacyr. Organização da Casa da Roda dos Expostos. In. CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. **Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas**. Porto Alegre: Ed da ISCMPA, 2009.

Art. 31. As amas de leite serão pagas pelo preço arbitrado pela Mesa e só serão admitidas as que tiverem bom leite e gozarem de saúde, sendo apresentadas ao Facultativo da Casa para as examinar e informar de sua qualidade e estado; e logo que por algum motivo deixarem de prestar o serviço, que delas se exige, serão despedidas.²³

Esta política de atendimento era necessária tendo em vista o limitado espaço físico da primeira Casa da Roda e tinha por finalidade reduzir os altos índices de mortalidade no estabelecimento, evitando o contato de crianças sadias com outras contaminadas por doenças contagiosas. Recomendava-se que essas amamentassem o menor número de crianças possível para que, ao desmamar um bebê, a saliva deixada em seu mamilo não contaminasse outro.

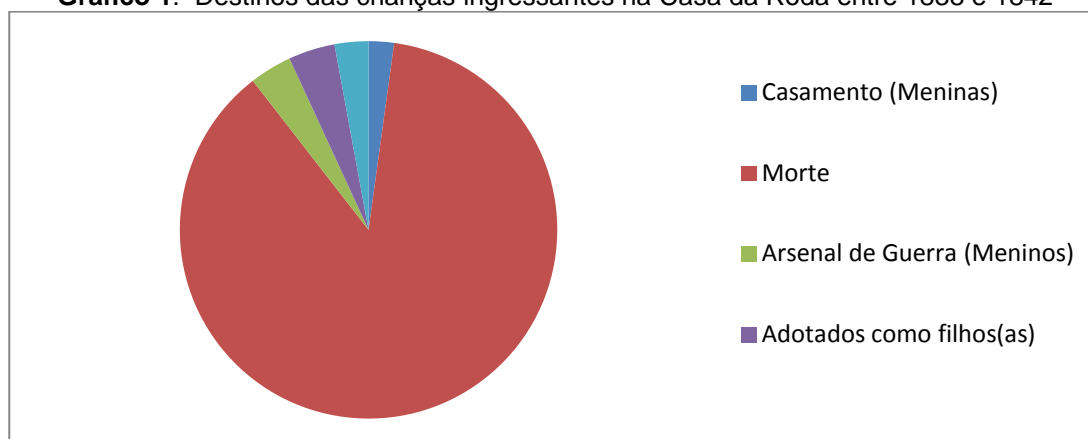
Após completar 8 anos de idade, ficava a Santa Casa incumbida de dar destino aos jovens sem família que a ela foram confiados. A instituição buscava casas de família que pudessem receber as crianças como aprendizes de algum ofício ou ocupação, no caso dos meninos, pois a família que resolvesse criar um jovem exposto “poderia dá-lo para o serviço militar em lugar de algum filho recrutado”.²⁴

Tornou-se bastante comum à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre o envio dos rapazes ao Arsenal de Guerra como aprendizes, como se percebe no despacho do Presidente da Província em 18 de abril de 1841, quando esse afirma que, sempre que houvesse vagas no Arsenal, a Santa Casa de Misericórdia teria atendidos os seus pedidos de encaminhamento para os expostos da Casa. Maria Luiza Marcílio apresenta os arsenais de Guerra como “verdadeiras escolas profissionalizantes dos pequenos desvalidos, dentro de dura disciplina militar”.²⁵

²³ Regimento da Casa dos Expostos – 1842 p. 14.

²⁴ FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992. p.158.

²⁵ MARCILIO, Maria Luiza. A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil 1726-1950. In FREITAS, Marcos Cesar(Org.). **Historia Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p.74.

Gráfico 1: Destinos das crianças ingressantes na Casa da Roda entre 1838 e 1842

Fonte: Gráfico elaborado através dos registros no Livro de Matrícula Geral dos Expostos, entre os anos de 1838 a 1842.

Além dos encaminhamentos dados aos meninos, ao serem matriculados como aprendizes na oficina do Arsenal de Guerra, e mesmo das meninas que encontraram pretendentes que lhes desposassem, podemos perceber um percentual significativo de crianças que, pouco depois de serem enjeitadas na Roda, tiveram parentes que os reclamaram de volta. As motivações para os resgates, lamentavelmente, não são frequentes nestes registros. Algumas estão relacionadas à própria causa do abandono, conforme alguns bilhetes encontrados junto aos infantes. A desestruturação familiar ou financeira impedia, ainda que momentaneamente, o exercício criatório por seus responsáveis primeiros.

CAPÍTULO 2

PORTO ALEGRE SITIADA: A CASA DA RODA E A EXPOSIÇÃO À GUERRA

2.1 A guerra e a cidade

Deflagrada a guerra em 1835, Porto Alegre torna-se um local de enorme importância tanto para legalistas quanto para os rebeldes. Além da importância simbólica por ser a capital da Província, a cidade está localizada em um importante ponto estratégico militar. A posição de Porto Alegre seria vital para exercer controle sobre a circulação de embarcações e mesmo sobre as cidades banhadas pelo Rio Jacuí e seus afluentes, advindos do centro da Província, além de permitir acesso à Lagoa dos Patos. O seu perfil topográfico também lhe confere condições para o estabelecimento de ótimas posições defensivas do ponto de vista militar, o que seria de enorme valor na consolidação da posição por quem a detivesse, com as enormes vantagens já citadas.

Nicolau Dreys, viajante francês, pondera em seu relato de viagem sobre o valor estratégico e sobre a organização da defesa da capital da Província durante o segundo cerco à cidade.

Do ponto de vista da Arte da Guerra, Porto Alegre é uma posição respeitável o que se deduz facilmente de suas condições topográficas. Algumas obras de campanha bastam para defendê-la de um ataque repentino. E isto ficou comprovado no 2º Sítio quando 300 soldados regulares se encontravam na cidade para guarnecer suas trincheiras, operar baterias e cooperar com a defesa geral. Contudo os farroupilhas, mais numerosos, consumiram-se em ataques sem resultados. Para isto concorreu a força natural da posição (fator terreno) com o concurso do valor da tropa e talentos do General.²⁶

Após a efêmera ocupação da capital pelos republicanos comandados por Bento Gonçalves em 1836, as linhas de defesa foram ampliadas e reforçadas, como podemos constatar na planta da cidade de 1837, que representa os trechos onde a linha de defesa foi reforçada após a retomada da cidade em 1836. Ainda nesse mapa, percebe-se não ter sido completamente reforçada, no espaço da Várzea e no Areal, a linha de defesa. Sendo assim, seria vital para a guerra que os

²⁶ NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1754 -1890**. Santa Maria, Anaterria, 2004, p.37.

legalistas consolidassem as suas posições na cidade frente a novos enfrentamentos.

Imagem 2: Detalhe da planta de Porto Alegre de 1837, com destaque para a localização onde seria instalada a casa da roda no ano seguinte. (destaque nosso).



Fonte: Planta de Porto Alegre de 1837, sem autor. (Fundação Biblioteca Nacional)

Imagem 3: Detalhe da planta de 1839, já com os reforços defensivos completos e ampliados. Destaca-se a localização da casa da roda, circulado em vermelho. (destaque nosso).



Fonte: Planta da cidade de Porto Alegre de 1839, produzida por Luiz Pereira Dias (Fundação Biblioteca Nacional).

Em 1837, o contexto da guerra impunha aos exércitos farroupilhas que novamente buscassem a tomada de Porto Alegre. A derrota na batalha da Ilha do Fanfa e o conseqüente aprisionamento de Bento Gonçalves, Onofre Pires e os cerca de mil soldados por eles comandados frente às tropas imperiais comandadas pelo Gen. Bento Manoel Ribeiro, ameaçavam a unidade das forças farroupilhas, e as forças imperiais estavam em luta para debelar a revolta dos cabanos no Pará (1835-1840).

Uma importante reviravolta em favor dos farroupilhas foi o reposicionamento de Bento Manoel na guerra. O reposicionamento deste general e de seus comandados mudaria momentaneamente o panorama do conflito, pois

A nova adesão de Bento Manuel Ribeiro aos rebeldes, mais a desastrosa rendição da guarnição de Caçapava (8/04/1837), onde se achava o maior depósito de armas e munições dos legalistas, ensejaram uma reversão das condições das forças em conflito. Depois de uma temporada de insucessos, os farroupilhas passavam a ter a iniciativa das operações, aglutinavam-se outra vez no vale do Jacuí e se dispunham a reiniciar o sítio de Porto Alegre.²⁷

Dessa forma, em maio de 1837, inicia-se o segundo - e mais violento - cerco à Porto Alegre, que perduraria até fevereiro de 1838. Os sitiantes farroupilhas, comandados pelo general Netto cercam a cidade por via terrestre e naval e, em 20 de junho, castigam a população através de um bombardeio em que, dos altos do Moinhos de Vento,

Foram disparadas cerca de 150 granadas de Artilharia sobre Porto Alegre. A população apavorada pela surpresa foi procurar proteção na região do Arsenal de Guerra, nas imediações do atual QG do Comando Militar do Sul. (...) Os canhões republicanos eram de pequeno calibre. O efeito do bombardeio foi arruinar 13 casas, incendiar 2 e matar 7 pessoas, sendo 2 crianças. Foram feridas muitas pessoas.²⁸

Retomando a cronologia da Casa da Roda pela Santa Casa de Misericórdia, no início de 1838, essa foi implementada na várzea, na face externa dos entrancheiramentos, funcionando ali pelos próximos 2 anos - até o final do segundo cerco. Eudoro Berlink relata que:

²⁷FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre Sitiada (1836-1840)**: um capítulo da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 47.

²⁸BENTO, Cláudio Moreira. **Memórias dos sítios farrapos e da administração de Caxias**. EGGCF, 1989,p.34-35.

Muito sofria Porto Alegre, seja pelo apertado assédio que se fazia escassear-lhe os víveres, privando-a de receber gêneros de primeira necessidade, seja ainda pelos constantes alarmas que traziam civis e soldados em contínua vigilância nas trincheiras (...) Reinava a maior vigilância sobre as embarcações que saíam para o interior. Homens e mulheres, indistintamente, eram sujeitos a medidas de rigor fiscal. Escasseavam já os gêneros de importação. E a cidade além dessas falhas ainda sofria os sustos de um bombardeio mais ou menos ativo. Em geral eles ocorriam à noite, quando uma parte da população inerme acolhia-se então ao bairro do Arsenal onde não alcançavam os canhões republicanos.²⁹

O 3º Cerco e último cerco à cidade, instaurado de junho de 1838 a dezembro de 1840, foi caracterizado não pelos grandes combates e menos ainda por ataques diretos à Porto Alegre, mas pela presença constante das guerrilhas e emboscadas às tropas imperiais e aos carreteiros que tentassem chegar à capital para comercializar produtos.

Bento Manuel, ao aproximar-se da cidade, prontamente inicia uma emboscada que culminou no arrebanhamento de cerca de 500 reses, 200 bois mansos, 200 cavalos, um rebanho de ovelhas e 14 escravos que cuidavam do gado.³⁰ Fechada por terra, Porto Alegre encontrava-se também bloqueada por água. O conflito estendia-se pelos afluentes do Guaíba e, conseqüentemente, pelas cidades que tinham seus produtos voltados para o comércio de abastecimento da capital.

Sérgio da Costa Franco, ao estudar documentos próprios dos farroupilhas constata que

Na segunda metade de 1838, pensou-se em dar ao cerco de Porto Alegre apenas um caráter diversionista, de molde a segurar na Capital um forte contingente dos “caramurus”, permitindo assim o desencadeamento de uma ofensiva na Zona sul da província, com vistas à conquista de Rio Grande, que era objetivo estratégico bem mais importante.³¹

Contudo, ainda que se constate uma certa frouxidão no exercício deste sítio, as restrições alimentares impostas à população pela falta de carne e farinha eram bastante sentidas. Dominada por comerciantes, a Câmara Municipal, demorou a estabelecer uma postura restritiva ao comércio em favor das carências de gêneros. Isso somente foi feito em 7 de novembro de 1838 ao sofrer fortes pressões por

²⁹BENTO, Cláudio Moreira. **Memórias dos sítios farrapos e da administração de Caxias**. EGGCF, 1989,p.37

³⁰FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre Sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 85.

³¹op.cit. p. 86.

parte do presidente da Província, determinando a proibição de que todo e qualquer gênero alimentício deixasse a cidade através do porto.³²

Johan Karl Dreher, viajante germânico que desembarca na cidade em 1840, após o final do terceiro cerco, através do seu relato de viagem, descreve o resultado dos últimos anos de combate nas cercanias de Porto Alegre.

A cidade de Porto Alegre, cercada por um cinturão de valos de proteção (trincheiras) que, de trechos em trechos, eram protegidas por canhões de defesa, apresentavam antes um aspecto de destruído que alegre. Os vestígios da última ocupação ainda estavam visíveis em toda a parte. Do lado de fora das trincheiras não havia casa rural em que os sitiados não tivessem deixado, de uma ou de outra forma, as provas de sua valentia. A luta parece ter sido a mais feroz entre a igreja do hospital e os Moinhos de Vento pois a primeira ainda trazia em seu lado original (e que está voltado para o Moinhos de Vento) inúmeras marcas de danificações causadas pelas balas inimigas.³³ (Grifo Nosso).

Destacando as informações presentes nestes relatos, onde prevalece o reflexo destrutivo e restritivo imposto pela violência, principalmente do segundo cerco, concomitante à implementação da Casa da Roda pela Misericórdia e, por fim, ao final do terceiro, onde se verificam os estragos ocorridos, cabe questionar por qual motivo a Santa Casa decidiu a instalação da Casa dos Expostos na face externa das linhas de fortificação durante o período mais violento do conflito? Havia alternativas a esta propriedade? Quais os impactos da ocorrência de escaramuças na região próxima ao muro no cotidiano da Santa Casa e, principalmente, dos expostos ali instalados?

2.2 A localização da roda

O professor e historiador Moacyr Flores, autor de estudos publicados na década de 1980 trouxe luz para o tema dos expostos na Santa Casa de Porto Alegre e importantes contribuições para a construção do conhecimento histórico a seu respeito. No entanto, é necessário que se faça uma ressalva em recente

³² FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre Sitiada (1836-1840):** um capítulo da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 88.

³³ NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1754 -1890.** Santa Maria, Anaterria, 2004. P 80

publicação³⁴ desse autor. Para ele, o primeiro endereço da Roda seria ao lado da torre da Capela do Senhor dos Passos, na fachada frontal do prédio da Santa Casa.

Esta afirmativa carrega em si duas importantes contradições: a primeira vai de encontro à deliberação da Mesa Administrativa da Santa Casa, de 02 de fevereiro de 1838, em que é determinada que a Roda e toda a estrutura que demandasse para o seu funcionamento fossem, desde cedo, encaminhadas para as Casas da Caridade localizadas na face externa das linhas de defesa da cidade; a segunda contradição está relacionada à própria finalidade da roda que, se estivesse localizada na fachada principal do hospital, estaria negando ou, no mínimo, prejudicando o seu principal atributo: a garantia do anonimato a quem realiza o abandono.

Podemos constatar claramente a localização do lance de casas onde funcionou a casa dos expostos, através da visualização de dois detalhes destacados da planta de Porto Alegre de 1839, produzida por Luiz Pereira Dias. Nesse documento iconográfico, é apresentada uma perspectiva detalhada de Porto Alegre partindo da Várzea, situando as casas da caridade na face externa das fortificações e sua proximidade com as edificações da Misericórdia na face interna dos muros. Percebe-se que a escolha do referido lance de casas para que servisse de sede para a Roda corrobora a necessidade de garantir a discrição para o depósito do exposto. O local onde está situada é afastado o suficiente da urbe, da circulação das pessoas e, assim sendo, evitaria o julgamento social que seria submetido à mãe ou ao pai que recorreria a este subterfúgio.

³⁴ FLORES, Moacyr. Organização da Casa da Roda dos Expostos. In. CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. **Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**: histórias reveladas. Porto Alegre: Ed da ISCMPA, 2009, p.153-158.

Imagem 4: Detalhe da Planta de 1839 capturando a linha de defesa da cidade. Destaque para as casas da Caridade



Fonte: Planta da cidade de Porto Alegre de 1839, produzida por Luiz Pereira Dias (Fundação Biblioteca Nacional)

No entanto, ainda em maio de 1838, meses após a criação da Roda, foi apontada pelo Irmão Provedor, em reunião da Mesa Administrativa, uma série de problemas relacionados à falta de espaço físico e de cômodos adequados para os cuidados com os infantes. Constatou-se a insuficiência dessa para o acolhimento, possivelmente porque não houve adequado dimensionamento, por parte da Administração da Santa Casa, para a quantidade de expostos a serem atendidos. Em agosto de 1839, foi deliberada a constituição de uma comissão para que se verificasse, em outras propriedades da Santa Casa, um novo endereço adequado para o funcionamento da Roda e dos cuidados para com os expostos.

(...) A comissão que foi nomeada para examinar quais dos lances de casas serão mais [aptos] para a mudança dos expostos, resolveu a mesa que se lançasse mão de dois lances de casas imediatos um ao outro que mais comodidade oferecesse para o estabelecimento dos expostos, e que se fizesse a necessária despesa para se comunicar uma com a outra casa a fim de se fazerem todos os arranjos precisos, julgando a mesa que as casas mais propícias para o indicado estabelecimento são as e que presentemente moram Manoel Alves de Oliveira e o Dr. Robert Landell; [...] serem estes avisados para os despejarem a vista da urgente necessidade que há de [remover] o referido estabelecimento, lembrando mais a mesa que o aluguel das casas que vão ser ocupados pela roda, e mais despesas que se fizerem deviam entrar no cofre da tesouraria da casa, carregando-se finalmente em despesa á administração dos mesmos expostos.³⁵

³⁵ Ata da Mesa Administrativa. Livro nº4 (1833 a 1843). Sessão da Mesa de 11 de agosto de 1839.

Não obstante a escolha do novo endereço, localizado nas proximidades da Estrada do Caminho Novo, os inquilinos das referidas casas relutaram a desocupá-las. A primeira mudança realizada só iria ocorrer de fato após junho de 1840, após a Santa Casa iniciar os procedimentos jurídicos cabíveis.

Podemos deduzir, através da leitura das atas administrativas, que as casas lotadas na Várzea foram escolhidas tendo em conta a dificuldade de que se achassem lugares desocupados dentro do perímetro delimitado pelas linhas de defesa e, como foi visto posteriormente, durante a primeira mudança, a dificuldade de realizar a desocupação de casas por seus inquilinos. A instalação apressada em 1838 levou em conta a estrutura que a instituição já possuía, na face externa dos muros, um pequeno lance de casas geminadas, como a melhor alternativa para o momento.

Ainda que este processo tenha ocorrido nos últimos momentos do segundo cerco, é necessário fazer a ressalva de que não houvera muitas escaramuças entre partidários republicanos e imperiais nas proximidades da cidade e, especialmente, pouquíssimos ataques diretos às linhas, tendo em vista a forte defesa do entrançamento que desencorajava iniciativas dessa natureza, principalmente no campo aberto da Várzea. O lance de casas que abrigou a Roda dos Expostos estava localizado imediatamente próximo à linha de defesa, permitindo alguma segurança. No entanto, como foi visto no relato de Johan Dreher, possivelmente não tenham passado imunes a toda munição disparada no conflito.

A redação do Regimento da Casa dos Expostos de 1842 relega ao futuro a criação de determinados cargos e de práticas que só viriam a ocorrer de fato após a mudança dessa da propriedade localizada na Várzea onde estavam instalados desde 1840, para outro endereço da Santa Casa, provavelmente o hospital.

Art. 24 Haverá na Casa dos Expostos uma Regente uma Porteira (logo que o estabelecimento seja transferido pelo edifício apropriado, em que se faz necessária esta empregada) um Médico ou Cirurgião interno e externo, e que as amas de leite, amas de criação e serventes internas, que forem necessárias e um servente externo.³⁶

Sendo assim, como podemos perceber, a redação do referido documento é anterior à última mudança de endereço da casa e talvez resida aqui a origem do equívoco de Moacyr Flores neste caso. No entanto, cabe a ressalva de que isto

³⁶ Regimento da Casa dos Expostos – 1842, p.11

não invalida de forma alguma os esforços realizados pelo autor procurando elucidar, em termos históricos, a vida dos expostos, esses sujeitos excluídos socialmente desde a sua concepção.

2.3 O impacto da guerra sobre os expostos

Desde a implantação em 1838 até o final do ano de 1842, foram entregues à Casa dos Expostos 214 crianças. Dessas, apenas 73 sobreviveram por tempo superior a um ano de estadia no estabelecimento. Os índices de mortalidade infantil podem ser contabilizados por meio dos registros nos livros da matrícula geral dos expostos, tendo em vista que esses esclarecem o “destino final” de todos os seus ingressantes e a data das ocorrências.

A mortalidade infantil era elevadíssima. Ao final do ano de 1838, foram registradas a entrada de 22 expostos na casa. Desses, apenas seis sobreviveram por período superior a um ano, implicando em um índice de mortalidade superior a 70%. No período seguinte, esse índice ampliou-se para quase 80% e manteve-se nestes patamares até 1840. Este elevado número de mortalidade, contudo, não surpreende, pois é vasta a bibliografia que quantifica números bastante semelhantes nos acolhimentos realizados por outras Santas Casas no Brasil, em períodos próximos ao segundo quartel do século XIX. A motivação desta alta taxa de mortalidade está ligada à fragilidade das crianças no momento em que eram depositadas na Roda, algumas delas paridas pouco antes de serem abandonadas. Outro importante fator de mortalidade está relacionado aos precários recursos de higiene e saneabilidade existentes tanto na cidade quanto na própria Casa da Roda devido às restrições impostas pela guerra.

O repasse financeiro realizado pela Câmara à Misericórdia era insuficiente para suprir as carências materiais da casa, principalmente em tempos de racionamento de gêneros e carestia de preços. Impacto direto da guerra dos farrapos e dos cercos terrestres e navais à Porto Alegre. As restrições alimentares são facilmente visualizadas nas reclamações conduzidas pelo Mordomo dos Expostos à Mesa Administrativa da Santa Casa, reivindicando reajustes na tabela de quantidades das rações de carne³⁷ e açúcar³⁸ distribuídas às crianças e às

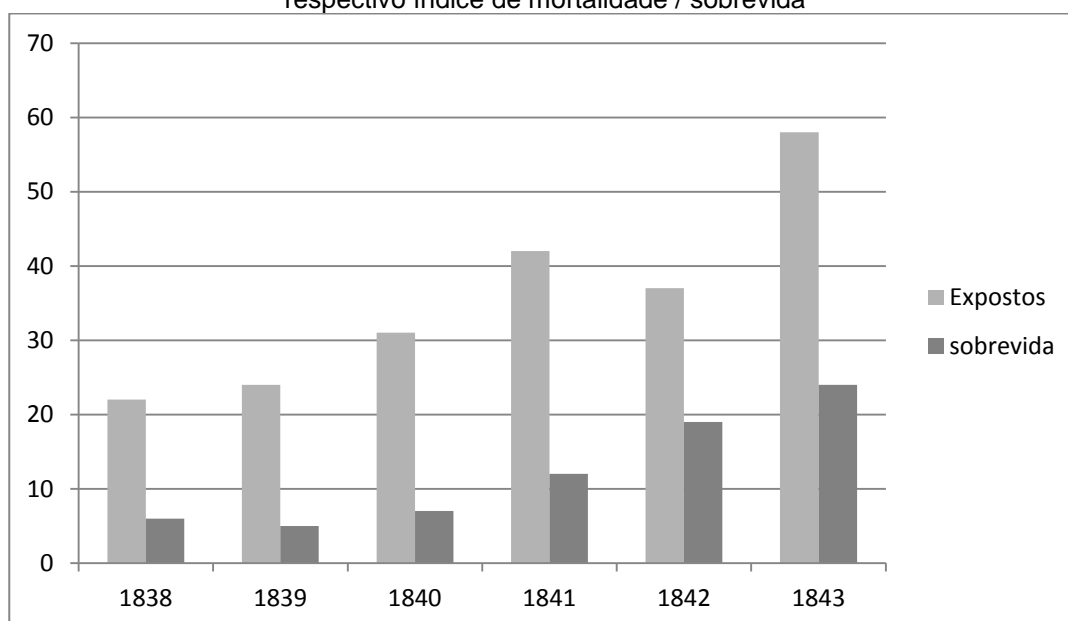
³⁷ Ata da Mesa Administrativa. Livro nº4 (1833 a 1843). Sessão da Mesa de 01 de novembro de 1840.

³⁸ Ata da Mesa Administrativa. Livro nº4 (1833 a 1843). Sessão da Mesa de 31 de janeiro de 1841.

amas de leite. Estas restrições, por vezes, fragilizavam as amas, que deveriam alimentar-se para manterem-se e produzirem leite para os enjeitados. O adoecimento de amas de leite impunha, de forma emergencial, que se permitisse criar, de forma remunerada, mais de um exposto por ama do estabelecimento³⁹, contrariando a recomendação inicial a fim de se evitar contaminação entre os expostos.

No entanto, podemos constatar através da leitura do gráfico a seguir, que, em 1841 e principalmente em 1842, ano em que foi publicado o regimento geral (e que foi realizada a segunda mudança de endereço dos expostos) percebemos uma alteração drástica desse cenário. Com o afastamento da guerra das adjacências da cidade em finais de 1840 e o conseqüente abrandamento das restrições infligidas à capital da Província, percebemos uma queda no índice de mortalidade para menos de 50%.

Gráfico 2: Relação do número de crianças expostas na Casa da Roda entre 1838 e 1843 e o respectivo índice de mortalidade / sobrevida



Fonte: Registros no Livro de Matrícula Geral dos Expostos, entre os anos de 1838 a 1842.

Este processo ocorre concomitante a três importantes situações concorrentes: o afastamento dos embates da guerra das proximidades de Porto Alegre e das cidades localizadas nas margens dos rios afluentes do Guaíba, o que

³⁹ Ata da Mesa Administrativa. Livro nº4 (1833 a 1843). Sessão da Mesa de 28 de fevereiro de 1841.

viabilizou a retomada de um movimentado comércio de cabotagem pré-existente e o abastecimento da cidade pelos gêneros que a muito carecia; a mudança dos expostos realizada na segunda metade de 1840 para local mais apto ao atendimento dos enjeitados, nas proximidades do Caminho Novo. Há, também, um sensível aumento do número de crianças enjeitadas. A cidade que tinha pouco mais de 12.000 habitantes em 1833 alcançaria em 1872 mais de 40.000 mil pessoas⁴⁰, ou seja, este número crescente reflete-se paulatinamente no número de enjeitados à Misericórdia.

Nos registros das crianças enjeitadas em 1841, consta a informação de que seis rapazes expostos haviam sido encaminhados para o Arsenal de Guerra como aprendizes. Em 1842, surge novo registro de mais um e, dos expostos em 1843, outros quatro rapazes foram encaminhados à custódia do governo para o ensino de algum ofício.

Tal como foi discutido anteriormente, foi comum o encaminhamento de jovens aos arsenais pois a instituição estava voltada exclusivamente ao ensino dos ofícios e fazeres, sem qualquer outra preocupação com uma formação educacional. Esta realidade, em âmbito nacional, se transformaria quando, a partir de 1840, instituem-se as companhias de aprendizes marinheiros. Renato Pinto Venâncio afirma que “pela primeira vez era criada no Brasil uma instituição inteiramente pública para menores que não pudessem permanecer sob a custódia dos hospitais ou de responsáveis.”⁴¹

A novidade incidia no fato de que os meninos, através da marinha, teriam acesso a uma formação educacional bastante completa e rara para o período, constituindo-se em uma das pouquíssimas alternativas de aprendizado profissional destinada à infância pobre ou desvalida até atingirem a idade de 18 anos, quando poderiam “assentar praça” nas forças armadas. Contudo, cabe lembrar que, todo o exposto adotado junto à Santa Casa poderia ser alistado em lugar de um filho de sangue desta família. As companhias de aprendizes pagavam o prêmio equivalente a cem mil réis para o responsável do jovem “voluntário”, um valor que segundo Renato Pinto Venancio, não é “nada desprezível, pois representava

⁴⁰PESAVENTO, Sandra Jatthy. A construção de uma Porto Alegre imaginária – uma cidade entre memória e a história. In GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (Org.). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. P 182.

⁴¹VENANCIO, Renato Pinto. (Org.). **Uma história social do abandono de crianças**. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Editora Alameda/PUCMINAS, 2010. p. 198.

aproximadamente 20% do preço de um escravo adulto ou do valor que permitiria a compra de duas ou mais crianças escravas.”⁴²

Sendo assim, há aqui uma ambiguidade com relação à possibilidade real de se obter alguma formação que permitisse a reinserção social destes jovens e o interesse do pai, autoridade do núcleo familiar, em evitar o alistamento de seu primogênito. Vemos aqui, claramente, a distinção entre os filhos tanto na esfera do núcleo familiar quanto no plano legal, que autoriza este expediente e legaliza esta segregação.

⁴² VENANCIO, Renato Pinto. (Org.). **Uma história social do abandono de crianças**. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Editora Alameda/PUCMINAS, 2010. p. 199.

CONCLUSÃO: O Purgatório Social

O conceito de purgatório⁴³, entendido como um interlocutor figurativo, pode nos servir para evocar a trajetória dos expostos neste difícil período. Esses estavam em um purgatório social, pois a exclusão do seio familiar resultava também na exclusão da própria sociedade. A partir do instante em que a criança é posta na rudimentar roda de madeira e em que é badalada a sineta, girando, posteriormente, a Roda, o infante transpõe uma fronteira semelhante a da vida e da morte. Assim, de certa forma esse é excluído e morre para a sociedade tendo em vista que esta não irá mais tê-lo em convivência. O recente exposto passará a outro universo – exterior – de práticas sociais bastante diversas do *locus* anterior, em que iria purgar o pesado pecado do mau nascimento. Sua trajetória neste purgatório foi árdua e repleta de provações. A primeira foi a de superar a imensa expectativa de morte, a fome e, em alguns casos, a impessoalidade e os maus tratos das amas mercenárias as quais lhes foram dados para criar. O “fogo purgador” (*Ignis Purgatorium*) dos expostos está relacionado aos combates da Guerra dos Farrapos nas proximidades de Porto Alegre, principalmente na Várzea. Entre 1838, ano de instalação das Casas de Caridade, na face externa dos muros da Cidade, e 1840, os expostos ficaram literalmente expostos ao fogo e às privações de abastecimento. Mais vulneráveis do que qualquer cidadão intramuros.

A redenção dentro deste purgatório social ocorria de duas formas: quando o exposto atingia a idade da razão e, aos 7 ou 8 anos, era encaminhado para a aprendizagem de ofício que lhe desse remissão frente à sociedade. Alguns obtinham a redenção através da adoção. Tal como a alma penaria menos tempo no purgatório católico, quando esta recebesse preces e orações, os enjeitados também poderiam ter seu sofrimento redimido quando eram adotados ou preteridos pelo matrimônio. Sob uma perspectiva da sociedade porto-alegrense, essa reinserção por meio do trabalho ou do casamento equivaleria a um ato de “ressurreição social” voltada ao trabalho à sociedade.

⁴³**Purgatório** pur.ga.tó.rioadj (*latpurgatoriu*) V *purgativo*. *sm* 1 *Teol* Lugar ou estado em que as almas dos que morrem na graça de Deus, mas com algum pecado venial ou sem estarem purificadas das penas temporais devidas aos pecados graves já perdoados, expiam pelo sofrimento as penas dos pecados cometidos neste mundo, até que satisfaçam a justiça divina, para poderem entrar no Céu. 2 Lugar onde se sofre.

BIBLIOGRAFIA

PORTO ALEGRE MEMÓRIA E IDENTIDADE, 1992, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SMED/Museu de Porto Alegre, 1992.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **Historia da Vida Privada no Brasil: Império.** v.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Guerra civil do Rio Grande do Sul:** memória acompanhada de documentos lida no instituto histórico e geográfico do Brasil. Porto Alegre: Corag, 1986.

BARCELLOS, Ramiro Fortes de. **A revolução de 1835 no Rio grande do Sul.** 2. ed. Porto Alegre: Codec, 1987

BENTO, Cláudio Moreira. **Porto Alegre memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias.** [S.l.: s.n], 1989.

BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul.** v. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.) **Domínios da história:** Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Luiz Carlos. **Porto Alegre:** de aldeia a metrópole. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira/Oficina da História, 1992.

COELHO, Catão. **A Várzea de Outr'ora.** Porto Alegre, 1935.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira, **1806-1889 Antigualhas:** reminescências de Porto Alegre. Organização e notas de Sérgio da Costa Franco. 2. ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1996.

DAMASCENO, Athos. **Colóquios com a Minha Cidade.** Porto Alegre: Globo, 1974.

ELMIR, Cláudio Pereira; et al. **Porto Alegre na Virada do Século XIX:** Cultura e Sociedade. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 1994.

FACHEL, Jose Plinio Guimarães. **Revolução Farroupilha.** Pelotas: EGUFPEL, 2002.

FAGUNDES, Morivalte Calvet. **História da Revolução Farroupilha.** 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1985.

FARACO, Sérgio (Org.). **A Cidade de Perfil**. Porto Alegre, Editora da Universidade: Porto Alegre, 1994.

FILHO, Germano Petersen. **Porto Alegre: História e Urbanização**. Porto Alegre, Editora La Salle, 1984.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. A Casa dos Expostos: Sinais de identificação. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v.12, n. 1. p.93-105, 1986.

FLORES, Moacyr. Organização da Casa da Roda dos Expostos. In. CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. **Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: histórias reveladas**. Porto Alegre: Ed da ISCMPA, 2009.

(Org.). **Porto Alegre: história e cultura**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1987.

_____. **Porto Alegre: sociedade, preconceitos e conquistas**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

_____. **Porto Alegre Sitiada (1836-1840): um capítulo da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

_____. **Santa Casa 200 anos: caridade e ciência**. Porto Alegre: Editora da ISCMPA, 2003

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: USF/Cortez Editora, 1997.

GERTZE, Jurema, M. **Infância em Perigo: A assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre (1837-1880)**. 1990. 340 f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS, Porto Alegre, 1990.

GRIJÓ, Luiz Alberto; et al. (Org.). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LAYTANO, Dante de. **História da República Riograndense (1835-1845)**. Porto Alegre, Sulina, 1983.

LEITE, Miriam Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In. FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: USF/Cortez Editora, 1997.

KLEIN, Ana Inez. A Porto Alegre moderna nas memórias de Coruja. **Revista Ciências e Letras**, n.41, p.174-187, jan./jun. 2007.

MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Passo Fundo: [s.n.], 2010.

MACEDO, Francisco Riopardense. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

_____. **Porto Alegre: Aspectos culturais**. Porto Alegre: SMEC, 1982.

MARCILIO, Maria Luiza. A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil 1726-1950. In FREITAS, Marcos Cesar (Org.). **Historia Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

_____. **História Social da Criança Abandonada**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

_____. (Org.) **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Editora Loyola, 1993.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2006

NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1754 -1890**. Santa Maria: Anaterria, 2004.

NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1890- 1941**. Santa Maria: Anaterria, 2004.

PERROT, Michelle (Org.). **História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

_____. **Os Pobres da Cidade: vida e trabalho (1880 – 1920)**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

_____. **Uma Outra Cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PINTO, Celi Regina Jardim; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTO ALEGRE. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Centro de Documentação e Pesquisa. **Casa da Roda: O abandono da criança na Santa Casa de Porto Alegre**. Porto Alegre, [s.n.] 1997.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal; Secretaria Municipal da Cultura. **Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1836-1845**. v. 8. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1994.

PRIORI, Mary Del (Org.) **História das crianças no Brasil**. 7ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PURGATÓRIO. Michaelis: Dicionário de Português online. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=purgat%F3rio>>. Acesso em: 30 out. 2012.

SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre**: crônicas da minha cidade. 2. ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1979.

SOUZA, Marco Antônio de. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia e seu assistencialismo na formação de Belo Horizonte, 1897-1930. **Varia Historia**, Revista do Depto. de Historia da Fafich da UFMG, Belo Horizonte, n.16, set 1996.

SPALDING, Walter. **Revolução Farroupilha**. Triunfo: Petroquímica Triunfo, 1987.

VENANCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas**: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999.

_____. (Org.). **Uma história social do abandono de crianças**. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Editora Alameda/PUCMINAS, 2010.

ZUBARAN, Maria Angélica. O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do Século XIX. **Revista Anos 90**, n.12, p.17-33, dez.1999.

ZUBARAN, Maria Angélica. O mundo virado de ponta cabeça: inversão simbólica e resistência cultural na caricatura porto-alegrense do século XIX. **Revista Anos 90**, n.14, p. 80-95, dez. 2000.